



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE ARQUITECTURA

Reactivação Urbana e Comunidade

Qualificação do Espaço Público enquanto Estratégia de Regeneração de Marvila

Miguel Alexandre Barros Baptista

(Licenciado)

Projecto para obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Doutor Carlos Manuel Silva Lameiro

Júri:

Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos [Presidente]

Doutor Carlos Manuel Silva Lameiro [Orientador]

Arquitecto Fernando Alberto Nunes Silva Bagulho [Vogal]

Lisboa, FAUL, Fevereiro 2015

Título do Projecto Final de Mestrado:

REACTIVAÇÃO URBANA E COMUNIDADE

Qualificação do Espaço Público enquanto Estratégia de Regeneração de Marvila

Nome do aluno: Miguel Alexandre Barros Baptista

Orientador científico: Professor Associado Carlos Silva Lameiro

Fevereiro 2015

Resumo

Centraliza-se a problemática da reactivação de um fragmento da malha urbana no entendimento da cidade enquanto “ecossistema” de comunidades. Desta forma, analisa-se as várias componentes e necessidades destes conjuntos de habitantes de modo a constituir-se uma vida social activa – enquanto estratégia de intervenção na freguesia de Marvila, Lisboa.

Tem-se o espaço público como palco da vida social da comunidade, pelo que se propõe uma qualificação deste, de modo a gerar condições propícias a um contexto de prosperidade urbana. Isto passa por uma relação que assenta na dualidade entre a esfera pública e privada.

Para tal, usa-se como instrumentos uma estratégia urbana de disposições morfológicas, edificadas e de usos do território, sempre com base na avaliação e reavaliação das estruturas existentes; para depois se passar a uma área de intervenção circunscrita a um quarteirão urbano de usos mistos, onde a ocupação predominante é a habitação colectiva.

Enquanto processo fractal – no sentido em que as partes se regem pela mesma natureza que o todo –, procura-se compatibilizar as várias escalas de aproximação e respectivas relações em contexto geral e particular.

Palavras-chave: reactivação – comunidade – público – privado – habitação

Final Project title:

URBAN REACTIVATION AND COMMUNITY

Public Space Qualification as Strategy for Marvila's Regeneration

Student's name: Miguel Alexandre Barros Baptista

Scientific supervisor: Associate Professor Carlos Silva Lameiro

February 2015

Abstract

We focus the issue of reactivation of a fragment of urban grid on the vision of the city as an “ecosystem” of communities. As such, we analyze the several components and needs of these groups of people in order to build an active social life - as an intervention strategy on the district of Marvila, Lisbon.

We take on the public space as the stage of the social life of a community, so the qualification of it is proposed in order to generate favorable conditions to a context of urban realm. This depends on a relation based on the duality of public and private spheres.

Instruments of urban strategy are used based on morphological, built and functional dispositions, based on the evaluating and revaluating the existing structures; so that we can focus on an intervention area limited to a mixed-use urban quarter, where the main built area corresponds to collective housing.

As a fractal process - in the sense that the parts obey to same nature as the whole -, the goal is to match several approach scales and their respective relations in general and particular context.

Keywords: reactivation – community – public – private – housing

Agradecimentos

Aos meus pais e aos meus avós, por todas as razões imagináveis.

Aos companheiros de viagem Hélió Soares, Diogo Simões e Pooneh Niakian, pelas tertúlias intermináveis e pelo conhecimento que daí brotou.

Índice

Resumo	I
Abstract.....	III
Agradecimentos.....	V
Índice de figuras	VIII
1. Introdução	1
1.1. Objecto	1
1.2. Objectivos	1
1.3. Metodologia	1
2. Cidade e Comunidade.....	4
2.1. O “Ecossistema” de Comunidades	4
2.2. Continuidade.....	6
2.3. Diversidade	8
2.4. Associação e Apropriação.....	9
2.4.1. Caso de Estudo: GWL Terrein, Amesterdão	11
2.5. Marvila / Estratégia	13
3. O Espaço Público.....	16
3.1. Espaço Público na Cidade.....	16
3.2. Direito ao Espaço Público.....	18
3.3. Contacto e Segurança	19
3.4. Organização do Construído	21
3.4.1. Caso de Estudo: Conjunto de Habitação Halen, Berna	22
4. Forma e Morfologia do Edificado.....	24
4.0.1. Caso de Estudo: Vilas Operárias, Lisboa	26
4.1. Da Rua à Casa.....	28
5. Considerações Finais	33
6. Bibliografia	34
7. Anexos	36

Índice de figuras

Fig. 1; Diagrama “The City as Community(ies)” in KRIER, Léon. *The Architecture of Community*, Washington, DC: Island Press, 2009, p. 142

Fig. 2; Excerto da Planta da Cidade de Lisboa de 1911 - Filipe Folque in <<http://lxi.cm-lisboa.pt>> (consult. 05/01/2015)

Fig. 3; Excerto da Planta da Cidade de Lisboa de 1950 in <<http://lxi.cm-lisboa.pt>> (consult. 05/01/2015)

Fig. 4; Excerto da Planta da Cidade de Lisboa de 1978 in <<http://lxi.cm-lisboa.pt>> (consult. 05/01/2015)

Fig. 5; Excerto do esboço de disposição da aldeia de Jonestown in <<http://www-rohan.sdsu.edu/~remoore/jonestown/AboutJonestown/JTResearch/JTResearchSiteMap.htm>> (consult. 18/09/2014)

Fig. 6; Esquema de hierarquia da associação humana - Alison & Peter Smithson in <<http://canstudio.com.au/tag/alison-and-peter-smithson>> (consult. 20/09/2014); imagem editada pelo autor

Fig. 7; Sucessão de fotografias de crianças a brincar, apresentadas nos painéis preparados pelos Smithsons para a nona edição do CIAM (1953) - Nigel Henderson in RISSELADA, Max et al. *Team 10: In search of a utopia of the present*, Roterdão: NAI, 2005

Fig. 8; Excertos do esquema “For us, by us” - Aldo van Eyck in RISSELADA, Max et al. *Team 10: In search of a utopia of the present*, Roterdão: NAI, 2005

Fig. 9; Planta de conjunto do GWL Terrein, Amesterdão in <<http://people.umass.edu/latour/Netherlands/young/>> (consult. 09/10/2014)

Fig. 10a; Excerto da planta de estratégia / desenho conceptual de intervenção urbana

Fig. 10b; Planta toponímica da área de intervenção

Fig. 11; Fotografia de escultura de personagem de série animada sobre linha de comboio na área de Akihabara, Tóquio in <http://postbubbleculture.blogs.wm.edu/files/2010/08/Akihabara_Rail.jpg> (consult. 01/10/2014)

Fig. 12; Esquema de relação entre qualidade do ambiente física e presença de actividades - Jan Gehl in GEHL, Jan. *Life between buildings: Using Public Space*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1971, p. 13

Fig. 13; Levantamento de localização de conversas com duração igual ou superior a dois minutos na esquina entre Saks Fifth Avenue e Fifth Avenue, Nova Iorque in WHYTE, William H. *City: Rediscovering the center*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009, p. 9

Fig. 14; Excerto de vista axonométrica sobre o conjunto habitacional (*siedlung*) Halen - Atelier 5 in FRAMPTON, Kenneth. *The poetics of space in the late modern dwelling*, Lausanne: École polytechnique fédérale, 1996, p. 26

Fig. 15; Corte longitudinal pela célula de habitação do conjunto habitacional Halen - Atelier 5 in <<http://archleague.org/2014/03/low-rise-high-density/>> (consult. 16/01/2015)

Fig. 16; Fotografia da praça central do conjunto habitacional Halen - Atelier 5 in <<http://design-site.net/artmosaic/siedlung-halen>> (consult. 16/01/2015)

Fig. 17; Ortofotomapa de Marvila, Lisboa, com a área de intervenção em destaque - edição pelo autor in <<http://lxi.cm-lisboa.pt>> (consult. 14/12/2014)

Fig. 18; Planta geral da intervenção, com a área de intervenção em destaque

Fig. 19; Ortofotomapa da Vila Rodrigues em contexto urbano nos Sapadores, Lisboa
- edição pelo autor *in* <<http://lxi.cm-lisboa.pt>> (consult. 14/12/2014)

Fig. 20; Fotografia da Vila Pereira, Sapadores, Lisboa, do ponto de vista debaixo da
galeria de acesso às habitações, piso térreo - fotografia pelo autor

Fig. 21; Axonometria geral da proposta de projecto de Arquitectura

Fig. 22; Planta da tipologia de um quarto - nível único

Fig. 23; Planta da tipologia de três quartos - nível térreo

Fig. 24; Planta da tipologia de três quartos - nível elevado

1. Introdução

1.1. Objecto

O presente trabalho incide sobre uma proposta de projecto situada na área nascente da freguesia de Marvila, Lisboa. Sendo desenvolvimento do trabalho começado na unidade curricular de Laboratório de Projecto VI, sob o tema “A Cidade como Antropo-Urbis, Lisboa”, a principal componente da ocupação incidirá sobre a habitação colectiva, em contexto de território pós-industrial e com vista à reactivação desta parte da cidade.

1.2. Objectivos

Procura-se uma estratégia de reactivação urbana com base na qualificação do espaço público enquanto expressão de identidade da população.

Pretende-se chegar a uma solução de projecto arquitectónico baseada numa componente urbana que contemple a extensão da Rua do Açúcar e seus arredores imediatos, culminando no Poço de Bispo e com extensão ao Braço de Prata. Propõe-se que esta solução seja projectada através do pensamento do Espaço Público enquanto polarizador da actividade social, encarando a sua qualificação enquanto estratégia de revitalização do território em questão. Esta proposta de revitalização passará, naturalmente, pela concepção de edifício destinado quer à habitação, quer a equipamentos públicos.

Pretende-se que a solução proposta tenha em conta os condicionamentos morfológicos e construídos existentes, assentando numa base que compreenda o trabalho de projecto enquanto canalizador de componentes de vários quadrantes, nomeadamente as vertentes de sustentabilidade social, ambiental e económica. A base de procura de uma requalificação urbana assente no acto de pensar o Espaço Público enquanto catalisador social comporta implicações que remontam às preocupações mais básicas do acto de projectar em Arquitectura. Estas preocupações passam primariamente pela relação do indivíduo com a célula doméstica; posteriormente por um pensamento deste enquanto elemento incluído na sociedade; e ainda pela sociedade em si e respectiva relação com o edificado.

Assim, o trabalho que se propõe passará por uma proposta final de Arquitectura de consciência social e material sobre o território, e que o transforme através de um planeamento orientado no sentido de maximizar as potencialidades do espaço público enquanto espaço social, que brotará em interdependência com o edificado. Este trabalho não dispensa a articulação do território por si abrangido com o núcleo da metrópole (enquanto gerador de forças tanto endo-cêntricas como exo-cêntricas).

1.3. Metodologia

Dada a natureza da problemática, que apresenta factos em vários quadrantes e escalas, passar-se-á por uma primeira abordagem de estratégia de ocupação, através da proposta de um projecto urbano de morfologia, edificado e usos. Procura-se, com recurso a bibliografia, entender como a alteração do espaço público influencia o ambiente urbano nas várias escalas: desde a cidade ao cidadão.

A segunda abordagem contempla a intervenção dentro de um quarteirão onde se

situa a massa de ocupação a ser desenvolvida ao nível do projecto de Arquitectura, que irá desde o estudo geral do conjunto até à escala da construção, clarificando sucessivamente quer a relação entre o construído e a envolvente, quer entre a esfera privada e a esfera pública.

2. Cidade e Comunidade

2.1. O “Ecossistema” de Comunidades

*“A noção de cidade só se torna uma realidade significativa quando as comunidades urbanas são formadas. A palavra “comunidade” é usada deliberadamente, e não num sentido romântico ou idealista. Uma comunidade urbana é primeira e principalmente uma comunidade dirigida por preocupações materiais quotidianas e interesses próprios. O conceito tradicional de bairro urbano é o material e a materialização cultural dessas preocupações.”*¹

Tomemos o entendimento da cidade sugerido por Léon Krier, enquanto um conjunto de comunidades. Enquanto célula viva e dinâmica, no entanto, é fulcral entender que a urbe não se esgota na aglomeração das suas partes, pelo que, por alternativa, entendamo-la antes enquanto um “ecossistema” de comunidades – que, por definição, implicará uma dualidade de autonomia e interdependência destas partes. Antes de acepções mais subjectivas, atentemos na definição estrita do termo.

*“comunidade, s.f. qualidade do que é comum; participação em comum; comunhão; conjunto de pessoas que vivem em comum com recursos que não são de sua propriedade pessoal; lugar onde vivem estas pessoas; totalidade dos cidadãos de um país; o Estado.”*²

Enquanto organismo activo, importa entender que, mais do que receptáculo dos seus habitantes, a urbe é um aparelho mutável que é expressão destes – das suas necessidades, das suas vontades e das suas intenções – enquanto colectivo. Daí que, pela definição, excluimos a propriedade pessoal para dar lugar à vontade colectiva. E, ao observarmos as metrópoles contemporâneas em sucessiva expansão, depressa reparamos como a escala do indivíduo se esbate no grande plano. Será renovadamente importante questionar para quem construímos a cidade, cuja resposta mais natural será: para nós.

Assim, propõe-se uma análise localizada dos factos urbanos, com potencial adição para uma abordagem compreensiva da cidade. Ou, como escreve Aldo Rossi³, perceber a cidade a partir da sua divisão em factos urbanos, nos contrapontos entre o público e o privado, entre o interior e o exterior, entre o positivo e o negativo – características intrínsecas a qualquer objecto.

Neste contexto, a casa será, naturalmente, a célula mínima do sistema. Para o caso em questão interessa-nos antes a próxima célula, ou a primeira unidade de aglomeração, que aqui denominaremos por comunidade.

Substituímos então o termo do “bairro” cunhado por Léon Krier⁴, mas mantemos as suas acepções: enquanto expressão construída de um colectivo de indivíduos

1 KRIER, Léon. *The Architecture of Community*, Washington, DC: Island Press, 2009, p. 107 (tradução livre, original: “The notion of a city only becomes a meaningful reality when urban communities are formed. The word “community” is used advisedly, and not in a romantic or idealistic sense. An urban community is first and foremost a community governed by everyday material concerns and self-interests. The traditional concept of the urban quarter is the material and cultural materialization of these concerns.”)

2 COSTA, J. Almeida & MELO, A. Sampaio e. *Dicionário da Língua Portuguesa* (5ª ed.), Porto: Porto Editora

3 ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade* (2ª ed.), São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 3

4 *Ibidem*, p. 135

– excedendo portanto a vontade individual –, a comunidade enquanto componente básica da cidade encerrará em si uma auto-suficiência (de recursos, de serviços, de pessoas), que se revelará uma peça fulcral para estabelecer no indivíduo uma escala de associação, apropriação e, consequentemente, pertença.

Krier é, contudo, bastante claro quando se refere à necessidade de que a cidade tenha limites eximamente definidos – por consequência, se a observarmos enquanto objecto fractal, esses limites começam nas próprias comunidades. Em alternativa, adoptemos antes uma perspectiva de maior abertura face à questão. Ou seja, não assumindo à partida de que o sentimento de pertença a uma comunidade se esgote num espaço físico demarcado, mas entendamo-lo enquanto uma entidade com vários pontos de fugacidade. Assim, o que se pretende será uma continuidade e mutabilidade desse fluxo.

Procuremos com isto fugir a uma concepção de metrópole enquanto sistema radial de núcleo maciço, como a conhecíamos nos tempos medievais ou no Renascimento, e apropriá-la enquanto um sistema com uma qualidade orgânica que melhor assente nas necessidades contemporâneas, isto é, enquanto aparelho policêntrico.

A evidência de validade destes princípios reside no facto de as cidades serem repartidas por bairros ou freguesias. No caso de Lisboa, isto é bastante evidente; apesar do seu crescimento radial (com centro na Baixa Pombalina), encontramos um sentimento de comunidade e pertença que transcende os limites legislativos – prova disso terá sido a recente reorganização das freguesias da cidade (em 2012), que escassas mudanças representou perante os grupos de cidadãos.

E, se Lisboa for encarada enquanto esse “ecossistema” de comunidades, assumimos o caso sobre o qual se debruça este trabalho – Marvila -, enquanto uma. Dizer isto não é o mesmo que dizer que a cidade deve ser pensada enquanto uma soma das partes e não enquanto um todo; mas antes, que observar as suas partes pelo que em si encerram (presente ou potencialmente) nos leva a uma maior abrangência do problema.

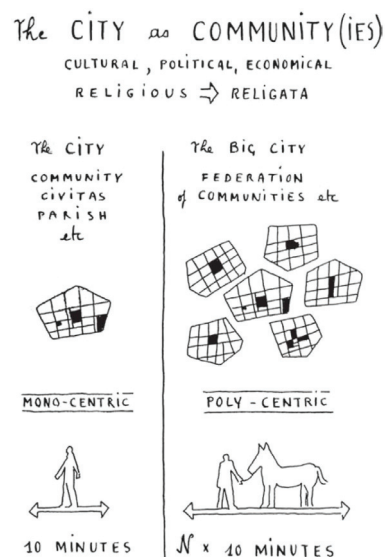


Fig.1; León Krier representa a “cidade enquanto comunidade(s)”, remetendo-se à escala num sentido sensorial - o da deslocação.

2.2. Continuidade

Como a divisão da cidade em comunidades não se limita à demarcação fronteiriça entre diferentes territórios, sendo que o sentimento da comunidade não se trata de uma entidade material com localização perfeitamente delimitada, torna-se necessário observar o problema nos seus pontos mais reveladores: os pontos de contacto entre as várias parcelas. Falamos, portanto, na continuidade urbana.

Para tal, adicionemos a estes mecanismos de entendimento da metrópole acontecimentos formais que compatibilizam o conceito de “ecossistema” de comunidades (que temos como definição de cidade) com o conceito de continuidade. Colin Rowe propõe tipologias fundamentais nesse sentido: as vias memoráveis, os estabilizadores, as peças de série potencialmente intermináveis, os esplêndidos terraços públicos, os edifícios ambíguos e compostos, os instrumentos produtores de nostalgia e os jardins⁵. Mais do que regras de composição, observemo-las enquanto peças de equilíbrio dos fluxos da urbe, intimamente conectados com o simbolismo da mesma. Refere-se à cristalização do tempo e da memória – e aqui importa lembrar que a cidade não poderia ser de outra maneira, já que é expressão da necessidade de apropriação do território pelos seus habitantes, como refere Rossi⁶.

Dentro da sua diversidade, os factos urbanos que Rowe menciona surgem no sentido de reforçar a continuidade urbana através do seu preciso contraponto: a singularidade. Notamos como, no caso de Lisboa, encontramos cada uma dessas tipologias sem margem para confusão – sejam exemplo os vários miradouros (como o de Santa Catarina em contraponto com o de S. Pedro de Alcântara), os vários jardins (o da Estrela e o do Príncipe Real), ou as várias avenidas (comparando a avenida da Liberdade com a avenida Duque d’Ávila).

Queremos com isto apontar para o facto de que uma mesma tipologia urbana possui uma expressão e carácter absolutamente depende das circunstâncias da cidade que a suporta. Todos estes serão, evidentemente, sintomas de uma saúde urbana que assenta primordialmente na diversidade.

Uma componente fulcral desta continuidade na cidade é precisamente o tempo. Por um lado, enquanto objecto que é cristalizado pela malha urbana⁷, e por outro enquanto instrumento de entender e projectar a cidade – que, como referimos, mais não é que uma materialização da satisfação das necessidades do homem⁸. Para tal, atentemos na evolução temporal do território estudado.

O território hoje denominado como freguesia de Marvila teve a sua génese enquanto área rural periférica ao centro urbano da cidade de Lisboa. Parcelado em quintas e propriedades (com as respectivas vilas associadas), o solo fértil banhado pelo rio Tejo serviu primordialmente para fins agrícolas. O final do século XIX viria, no entanto, a fixar no território estruturas industriais várias (tais como a Fábrica da Borracha Luso-Belga, a Sociedade Nacional de Fósforos, o armazém vinícola Abel Pereira da Fonseca ou a Fábrica de Armamento de Braço de Prata – ao longo da Rua do Açúcar), que se serviram da proxi-

5 ROWE, Colin & KOETTER, Fred. *Collage City*, Cambridge, MA: MIT Press, 1978, p. 148-173

6 ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade* (2ª ed.), São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 2

7 ROWE, Colin & KOETTER, Fred. *Collage City*, Cambridge, MA: MIT Press, 1978, p. 118

8 ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade* (2ª ed.), São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1

midade ao rio e ao centro metropolitano como vantagens evidentes ao nível logístico.

Associado ao surgimento destas infra-estruturas, deu-se a construção de habitação de baixa densidade, maioritariamente associada ao alojamento dos trabalhadores da indústria e respectivas famílias. Contudo, a expansão da área metropolitana de Lisboa, que se dá num sentido radial a partir do centro histórico (Baixa Pombalina), avança sem interferir na área marginal de Marvila – isto é exemplificável com o desenvolvimento da Expo98 (posteriormente Parque das Nações), que transfere a indústria petrolífera para áreas mais remotas e ali se desenvolve enquanto operação urbanística de larga escala, tangencialmente a Marvila.

Também as condições económicas e valorização do solo levaram (e ainda levam) as indústrias a abandonar o território marginal de Marvila, deixando para trás estruturas que não conhecem uma segunda vida e caminham para um estado devoluto, em grande parte dos casos. Mesmo estando perfeitamente servida de acessibilidades (a estação de comboios de Braço de Prata e o serviço de transportes públicos permite uma distância temporal ao centro de Lisboa de cerca de 15 minutos; a acessibilidade automóvel reduz ainda esse intervalo), esta área foi entretanto vítima de uma optimização com expressão somente ao nível funcional, como observamos pela construção da Avenida Infante D. Henrique e respectiva Praça 25 de Abril (uma brusca separação da área por sectores Norte e Sul) ou pelo surgimento da Linha do Norte (que enclausura metade da antiga Rua de Marvila entre a sua bifurcação e afunila a Rua do Vale Formoso de Baixo).

Neste contexto, não é difícil encontrar sintomas de precariedade na área – delimitada, para o problema estudado, entre a linha ferroviária e a linha de costa. Esta traduz-se na qualidade das construções – regra geral, muito antiga e sem renovações que pudessem ter garantido a sua manutenção – mas também na qualidade da vida dos cidadãos.



Fig.2, 3, 4; Mapas da área litoral de Marvila: (cima-baixo) 1911 - Filipe Folque; 1950, 1978.

2.3. Diversidade

Para nos referirmos à diversidade, suportemo-nos antes de mais de um jogo de opostos. Atentemos nos casos de insucesso que observamos nos recorrentes casos de isolamento de comunidades enquanto grupos de indivíduos unidos por um motivo comum – o caso norte-americano de Jonestown, onde se deu, em 1978, o suicídio em massa da população ligada ao movimento sociopolítico liderado por Jim Jones; ou o caso de Nueva Germania, comunidade neo-nazi fundada no Paraguai, por Bernhard Föster em 1887, enquanto reserva da raça ariana, ainda activa actualmente graças ao progressivo e inevitável envolvimento com a população local, tal como referidas por Graaf⁹.

Nestes casos, importa entender a génese e planeamento destas comunidades que, fora de contexto urbano, se utilizam da tabula rasa para planear, ainda que de uma forma informal e intuitiva, uma primeira unidade de aglomeração.

Em contexto urbano, os Kommune 1 surgiam nos anos 60 em Berlim, ocupando edifícios abandonados e tornando-se pioneiros do movimento *squat*, desde então ligado a conceitos políticos – o mote que os unia era, à data, “*Das private est politisch*” (em português, o privado é político). Esta componente política acabou por conduzir membros da comunidade a actos de activismo extremo que ditariam a dissipação do grupo.

O que existe comum nos casos apresentados trata-se de uma uniformidade de pensamento – religioso, social, político – que é requisito primordial de pertença de cada indivíduo ao grupo. Isto é absolutamente incompatível com uma diversidade sócio-cultural e ideológica que é obrigada a existir num contexto urbano, de forma mais ou menos pacífica. Assim, importa referir que a aceção de cidade enquanto conjunto de comunidades só é possível com base na diversidade – social, cultural, ideológica, etária e de recursos.

Este conceito é adverso ao planeamento urbano moderno que é baseado na sectorização do território em usos específicos, segundo refere Jane Jacobs¹⁰, uma vez que não pressupõe um entendimento de que os usos do território são uma mistura heterogénea – pois, se o são, isto não se refere à falta de clareza, mas antes a um sintoma de boa saúde da urbe.

Neste contexto, Jane Jacobs propõe quatro condições indispensáveis a garantir a diversidade. São elas: cada comunidade deverá possuir mais do que uma função principal; que os quarteirões sejam curtos (maior probabilidade de virar esquinas, onde se desenrola grande percentagem da vida social da rua); uma combinação entre edifícios de idades e estados de conservação vários; e densidade alta de pessoas com propósitos distintos (inclusive, o de morar na área em causa)¹¹.

9 GRAAF, Reinier de. *Strelka Talks. “Architecture and Community”* (consult. 22/09/14), < <http://vimeo.com/64876602> >

10 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 158

11 *Ibidem*, p. 165

2.4. Associação e Apropriação

“O homem pode identificar-se prontamente com o seu próprio lar, mas não facilmente com a cidade em que se situa. ‘Belonging’¹² é uma necessidade emocional básica – as suas associações são da mais simples ordem. De ‘belonging’ – identidade – vem o sentido enriquecedor de vizinhança. A curta e estreita rua da favela é bem sucedida onde o redesenvolvimento espaçoso falha frequentemente.”¹³

Esta reacção à temática central do oitavo Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (1951, com o tema “O Coração da Cidade”) foi o primeiro sinal de união de força ideológica que fez nascer os Team 10. E esta associação é trazida para o debate enquanto necessidade de primeira ordem do ser humano, cabendo ao arquitecto consciencializar-se dela e fazer dela matéria-prima do seu processo. A comparação entre a favela e o espaço urbano descontrolado do modernismo é extrema mas não é de todo inocente, e está relacionada com um pensamento local do edificado, já que temos a favela como expressão limite da construção informal. Contrapô-la com as visões de cidade cada vez mais utópicas - fomentadas por um contexto de uma necessidade de urbanização urgente a fazer-se sentir nas cidades europeias do pós-guerra (desde as cidades idealizadas por Le Corbusier ao sucessivo extravasar de conceitos de grupos como os Archigram) – traz imediatamente uma concepção humanista aplicada ao pensar e projectar a cidade.

O que os Team 10 propõem é uma alternativa de paradigma: enquanto a Carta de Atenas subdividia a cidade em quatro categorias-chave – habitação, trabalho, recreação e transporte -, Alison e Peter Smithson propõem um entendimento da cidade por escalas de associação¹⁴. Isto é o mesmo que dizer que a urbe se rege

12 O termo ‘belonging’ não encontra na tradução literal para a Língua Portuguesa (‘pertença’) uma aceção precisamente correspondente ao assunto abordado, pelo que se opta por utilizá-lo na sua versão original.

13 TEAM 10, Reacção ao relatório do CIAM VIII in FRAMPTON, Kenneth. *Modern Architecture: A critical history*, Londres: Thames and Hudson, 1982, p. 271 (tradução livre, original: “Man may readily identify himself with his own hearth, but not easily with the town within which it is placed. ‘Belonging’ is a basic emotional need – its associations are of the simplest order. From ‘belonging’ – identity – comes the enriching sense of neighborliness. The short narrow street of the slum succeeds where spacious redevelopment frequently fails.”).

14 *Ibidem*, p. 270

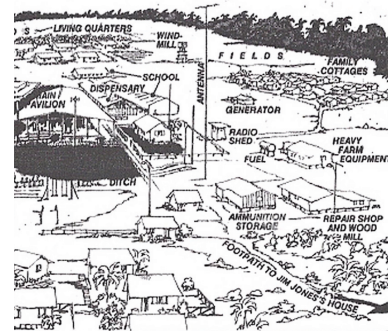


Fig. 5; Notamos no esquema de organização da comunidade de Jonestown o posicionamento das células de habitação em torno dos equipamentos comuns, denunciando que o colectivo se sobrepõe ao individual. Notemos ainda a denominação específica de cada equipamento, em contraponto com a designação elementar das áreas de habitação.

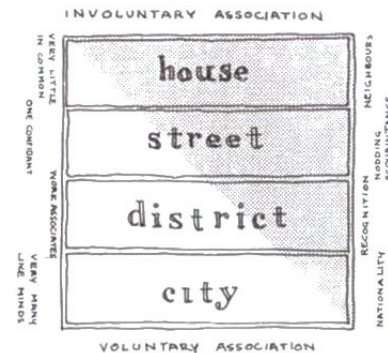


Fig. 6; Alternativa de entendimento da cidade por escalas de associação, proposta por Alison e Peter Smithson. A sugestão de que a associação se dá por um fluxo que reside na ambiguidade entre o geral e o particular contrastam com a categorização proposta pela Carta de Atenas.



Fig. 7; Fotografias de Nigel Henderson de crianças a brincar à porta de casa - através de várias escalas de aproximação. Esta sucessão foi determinante no estabelecer da base teórica dos Smithsons.

menos por uma fragmentação em usos e actividades palpáveis, e mais por um fluxo de menor tangibilidade, que o arquitecto tem a tarefa de descodificar como base do acto de projectar.

Mais do que isso, a associação implica comparação, pelo que o tempo tem uma função igualmente fulcral nesta perspectiva, isto é, a ‘identidade’ cria-se a partir de tipologias e acontecimentos urbanos que remetem para a memória colectiva (que abordámos anteriormente) forjada cronologicamente e em concordância com as necessidades em constante mutação do homem urbano enquanto colectivo.

Mas, e se erroneamente associarmos isto a um envolvimento com as ciências sociais, depressa os Smithsons desenlaçam o conflito: estas entram na equação, enquanto formuladoras das questões e não enquanto resposta, ou, como próprios autores referem, “a adequação de cada solução reside na invenção arquitectónica e não na antropologia social”¹⁵ – exactamente do mesmo local de onde advém. Isto porque, em linhas gerais, a problemática se situava numa proposição muito sucinta, que tem que ver com o facto de as pessoas não se identificarem com as cidades que habitam.

Assim, torna-se “inútil considerar a casa excepto enquanto parte de uma comunidade baseada na interacção desta com as outras”¹⁶. Esta premissa, que abre o manifesto de Doorn, remete-nos imediatamente para o Espaço Público, enquanto expressão livre da comunidade, ao qual retornaremos adiante.

Outro dos principais pensadores dos Team 10 (e membro de igual importância, em representação da escola holandesa) terá sido Aldo van Eyck. Com o notório esquema “By us, for us”, recentraliza o problema do projectar a cidade no conjunto dos seus habitantes. Não terá sido ao acaso que, no final dos anos 40 e ao serviço do município de Amesterdão, projectou cerca de 700 parques infantis em interstícios urbanos da cidade que eram subaproveitados. Não só uma questão prática, tratou-se igualmente de uma demanda ideológica – era o próprio van Eyck a afirmar que a inocência infantil no explorar da cidade nos revelava muito sinteticamente o que dela precisamos¹⁷. Sinteticamente, uma boa cidade seria aquela que pudesse acolher as crianças apropriadamente – e isto não é o mesmo que segura ou confortavelmente, já que o próprio autor refere que esta incorpora também o perigo iminente ao indivíduo social, em contraponto com o ponto seguro que é a célula doméstica¹⁸.

A questão da integração das crianças é abordada por Jane Jacobs de um outro prisma, em conjunto com a segurança e o contacto, enquanto usos primordiais da Rua¹⁹.

Atentemos então no novo paradigma de pensar a cidade “de nós, para nós”. Se lemos a cidade enquanto “ecossistema” de comunidades, a questão que se nos avizinha reside

15 SMITHSON, Alison. “Doorn Manifesto / Habitat”, n/a, 1960 in RISSELADA, Max et al. *Team 10: In search of a utopia of the present*, Roterdão: NAI, 2005 (tradução livre, original: “The appropriateness of any solution may lie in the field of architectural invention rather than social anthropology.”)

16 *Ibidem* (tradução livre, original: “It is useless to consider the house except as a part of a community owing to the interaction of these on each other.”)

17 EYCK, Aldo van & LIGTELIJN, Vincent. *Aldo van Eyck, Works*, Basileia: Birkhäuser, 1999, p. 69

18 *Ibidem*, p. 68

19 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 74

então nos extremos e nos pontos de contacto destas. Kevin Lynch esquematiza o problema da percepção da cidade em quatro elementos fulcrais: caminhos, limites, bairros e nós²⁰. E essa síntese tem que ver com escalas de apropriação e descoberta: se pessoas menos familiarizadas com o território o sintetizam mentalmente enquanto uma sucessão aditiva de características mais globais (topografia, imagem geral das zonas que percorrem), os seus habitantes mais experientes irão pensá-la numa sucessão de caminhos, pontos-chave e terão uma percepção mais integrada das pequenas subtilezas entre as várias partes da urbe.

Esta percepção será, em última instância, a própria cidade como a conhecemos. Como tal, quanto menos evidente for a exposição de todos os seus acontecimentos, maior margem existirá para a descoberta. A própria ideia de descoberta da cidade apraz-nos, quer enquanto habitantes, quer enquanto visitantes – isto é, o desvendar da cidade à medida que a percorremos, refere Lynch, segundo Carr²¹. Dentro deste raciocínio, Christopher Alexander menciona que uma circulação menos unidireccional (baseada em eixos e enfiamentos directos) oferece ao indivíduo um sentimento de liberdade – liberdade de escolher o seu próprio caminho e liberdade de circulação²².

2.4.1. Caso de Estudo: GWL Terrein, Amesterdão

O território previamente ocupado pela infra-estrutura do sistema hidráulico municipal de Amesterdão viu nascer, em meados dos anos 90 do séc. XX, um novo empreendimento de habitação, denominada GWL Terrein - Gemeente Waterleidingbedrijf. Ocupando seis hectares numa malha urbana relativamente estabilizada e ortogonal, a proposta de uma comunidade livre de

20 LYNCH, Kevin. *The image of the city*, Cambridge, MA: MIT Press, 1994, p. 47

21 CARR, Stephen et al. *Public space (Environment and behavior series)*, Cambridge: University Press, 1992, p. 135

22 ALEXANDER, Christopher et al. *A pattern language*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1977, p. 742

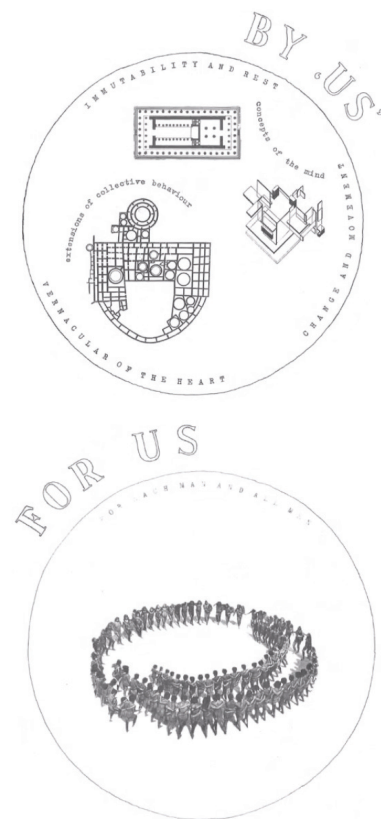


Fig. 8; Dois excertos do diagrama “For us, by us”, de Aldo van Eyck.

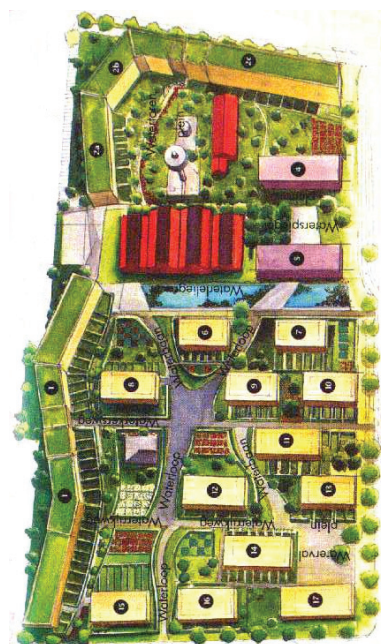


Fig. 9; Planta de conjunto do GWL Terrein, Amesterdão.

carros apresentou-se ao município e aos investidores enquanto absurda – até que se provou, através de inquéritos, o interesse de vários habitantes em tal conceito. Conceito esse que evoluiu para o planeamento de uma comunidade ecologicamente e socialmente sustentável. Desconstruindo o quarteirão a partir dos seus limites exteriores, o projecto – que envolveu vários arquitectos e, mais ainda, os futuros habitantes que entretanto adquiriam a sua propriedade – concentra as cerca de 600 habitações em treze blocos cuja densidade diminui à medida que se aproximam do núcleo. Por entre os blocos, surgem zonas verdes de recreação e hortas comunitárias e privadas. De certa forma, representa um simulacro de natureza a brotar por entre a malha urbana, numa área previamente desvalorizada pelo seu contexto de cidade pós-industrial.

Ao nível ecológico, os anos provaram alguns dos sistemas utilizados relativamente obsoletos (o sistema central de aproveitamento de águas da chuva para os autoclismos, por exemplo), ainda que as preocupações tenham sido uma grande vantagem na génese deste aglomerado urbano – seja o controlado uso de energia ou as coberturas ajardinadas.

O que se alcançou com esta visão de cidade projectada foi exactamente um sentimento de identidade muito específico e sem paralelo na cidade. Por vezes apelidada de “comunidade *hippie*”, a qualidade de espaços públicos encontrados entram fulcralmente nessa equação – na aptidão que têm para receber as actividades sociais dos moradores e na relação que estabelece entre os habitáculos e o exterior. Este impulso origina um sentimento de pertença tal que são os habitantes, por própria vontade, a fazer a manutenção dos espaços colectivos.

Um apontamento interessante será o de que as tipologias construídas são relativamente pequenas, o que faz com que, à medida que as famílias crescem, as casas se tornem insuficientes e os habitantes tenham de procurar uma nova habitação fora dali. Gerrit Lageman refere, em entrevista²³, que este facto não foi exactamente planeado, mas ao observá-lo constatamos que ele faz com a comunidade esteja em constante renovação – o que traz uma diversidade que, como vimos anteriormente, denota saúde e dinâmica suficientemente interessantes para que este espaço urbano se mantenha activo.

23 POS, Diego. “*GWL 10 jaar – geboorte van een Ecowijk*” (consult. 12/07/2014), < <http://vimeo.com/790410> >

2.5. Marvila / Estratégia

Se analisarmos Marvila sob a perspectiva que propomos de entendimento de cidade, percebemos que um dos maiores entraves à sua afirmação enquanto pedaço activo de urbe se prende com os obstáculos à continuidade do território. Não só a uma continuidade de edificado, mas a um fluxo de circulação. Portanto, a estratégia é de permeabilizar o território: numa primeira instância de identificar todos os acontecimentos urbanos que se adivinham enquanto obstáculos físicos à continuidade espacial (desde o assentamento de edifícios em condições precárias a entraves físicos como portões ou muros) e intervir neles de forma tão cirúrgica quanto possível. Isto porque a própria vontade de reactivar uma parte da malha urbana da cidade pressupõe uma análise selectiva, que aqui encaramos enquanto exponenciar aquilo que funciona, contornar os entraves ao desenvolvimento e adicionar novas peças.

Deste diagnóstico surge uma reacção em parelha: primeiro, urge expropriar espaço privado para o público, numa lógica integrante deste num aparelho urbano contínuo; e, segundo, activar o potencial arquitectónico e urbano, excluindo os entraves à sua concretização (entenda-se construções precárias e obstáculos físicos a uma continuidade territorial que se tem como objectivo).

Em termos concretos, o processo trata-se de um repensar a estrutura de um pedaço de cidade que se pretende activo. Ao nível da continuidade de percurso, propõe-se ainda uma conexão mais directa entre a Rua de Marvila e a Rua do Açúcar, em alternativa à passagem subterrânea pela linha férrea. Ao nível da continuidade viária, propõe-se a reunificação da área norte com a área sul da Avenida Infante Dom Henrique. Isto é feito através de um semi-desaterro da avenida, de modo a que a Rua Fernando Palha obtenha uma continuidade que neste momento é impossibilitada pelas dificuldades de atravessamento através de sinais de trânsito. Como a escala de circulação é antagónica entre as duas vias, permite-se assim um fluxo de maior continuidade para ambas. Interessa compatibilizar estes dois mundos, de modo a facilitar o acesso da estação de comboios de Braço de Prata àquilo que se entende como coração da comunidade – Largo David Leandro da Silva e primeiro troço adjacente da rua Fernando Palha.

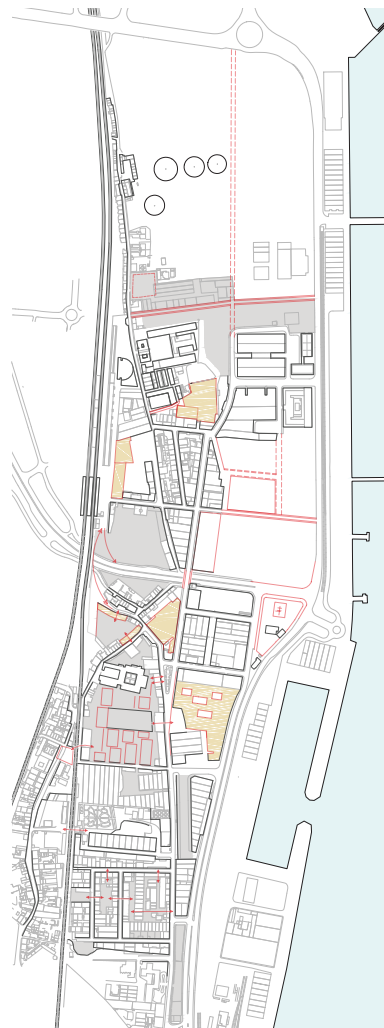


Fig. 10a; Planta de estratégia urbana. A vermelho os vectores de intervenção, a creme as áreas de redefinição de usos.



Fig. 10b; Planta toponímica da área de intervenção.

Ao nível de equipamento, em primeiro lugar propõe-se a reabilitação do complexo industrial de José Domingos Barreiro em Mercado. Encaramos o Mercado enquanto coração de uma comunidade: um espaço nuclear onde se gera a actividade necessária de adquirir bens de consumo, e onde há espaço para actividades de interacção social que a ele são inerentes.

O Mercado impõe-se ainda como um elemento fulcral no que toca a criar um sentido de comunidade – uma componente que guia a proposta – no sentido em que é um aglomerador de actividades. Um dos requisitos é, evidentemente, a oferta de bens de consumo alimentar (sustentada pela manutenção do sistema de hortas, a ser explicitado adiante), que é, de resto, um factor de aglomeração social. Estas circunstâncias são extremamente propícias ao reforço da vida de uma comunidade, defende David O’Neil²⁴.

A localização do equipamento em muito deve à localização do Largo David Leandro da Silva, que assim surge enquanto estrutura de apoio e de conexão com o Clube Oriental de Lisboa. O que a partir daí se propõe é uma permeabilização do quarteirão que lhe é adjacente (a poente) e que alberga o Convento de Marvila. A reapropriação deste quarteirão é precisamente o coração da proposta. Este trata-se de um quarteirão que ocupa uma área de aproximadamente 38 500 m², e é delimitado pela Rua do Açúcar (a nascente), pela Rua Pereira Henriques (poente e sul), pela Rua de Marvila (poente-norte) e pela Rua Zófimo Pedroso (norte).

Numa estratégia de permeabilização da massa circunscrita às frentes que o limitam, surgem dois acontecimentos urbanos marcantes que importa referir: o Convento, volume de destaque primordial (actualmente funcionando enquanto lar de idosos), e um logradouro de hortas que preenche o epicentro do quarteirão. Dada a estratégia delineada de reactivação urbana, estes dois elementos em pleno funcionamento são geradores da massa proposta em projecto. O mesmo não é aplicável aos jardins associados a sul do convento, circundados por estruturas de apoio que o encerram ao potencial usufruto público e cujo estado actual não faz jus ao pedaço de território que ocupa na malha urbana. Assim se justifica a legitimidade em expropriá-los e integrá-los numa proposta urbana de reinvenção do quarteirão.

Numa lógica cujos fundamentos são similares aos previamente apresentados para a concepção do equipamento de Mercado, propõe-se, já na área do quarteirão, um equipamento de Refeitório Social. As potencialidades favorecem o surgimento de um sentido de comunidade local, mas transcendem esse sentido com o seu carácter público de aglutinação de agentes exteriores. Aqui evoca-se uma validação da comunidade para com o exterior, factor absolutamente fulcral na prevenção da segregação social. Em suma, também a este nível se reflecte uma lógica de contínuo territorial proposta numa escala urbana.

24 O’NEIL, David. *“Healthy Hubs: How Markets Create a New Sense of Community”*, Project for Public Spaces (consult. 15/05/2014), <<http://www.pps.org/reference/healthy-hubs-how-markets-create-a-new-sense-of-community/>>

3. O Espaço Público

A perspectiva neste trabalho apresentada refere-se invariavelmente à representação física das ideologias associadas ao espaço público. Contudo, no contexto da sociedade contemporânea, reconheçamos antes de mais que esse espaço é cada vez mais expansível a um contexto mais imaterial, refere Reinier de Graaf²⁵. Em primeira instância pelos *media* de informação, que trazem o debate sobre as questões públicas a toda a parte, apropriando-se de todos os domínios de associação do indivíduo (do mais público ao mais privado). Associada a uma crise de valores, a filtragem sobre as questões que importam informar ao indivíduo é cada vez menos refinada, o que leva a um fluxo ininterrupto de ruído indistinto que vai atenuando a sua consciência e, para o que nos interessa, vai-se insurgindo enquanto auto-proclamada alternativa à materialização desse espaço – aquele que é urbano, material e público. Caracterizemos esta instância com a passividade do indivíduo perante ela.

Numa segunda instância, que é activa, o indivíduo vê o seu espaço público estendido à plataforma virtual – seja em redes sociais, seja em telecomunicações. A actividade do indivíduo transmite-se no adquirir de uma voz que é difundida – circunstância que é muito mais difícil de alcançar num espaço público material. Como se gera um fluxo de comunicação com outros indivíduos que não é dependente da proximidade física, o espaço virtual apresenta-se a si mesmo enquanto alternativa e não enquanto expansão da interacção social do espaço público. Tão depressa cresce o seu imperialismo que as manifestações que invariavelmente tem de apresentar num espaço físico soam a simulacro e a artifício – como observamos no bairro de Akihabara, em Tóquio.

Este jogo de representações é algo que, por associação, nasce no espaço social que é físico, e por proximidade com outras pessoas, pelo que, independentemente de profecias, procedemos a referir-nos somente ao palco físico de representação – que são as ruas da cidade. Nesta perspectiva, analisamo-lo enquanto elemento fulcral da cidade na criação da identidade de um lugar, optando posteriormente por uma intervenção que se direcciona no sentido de potenciar o surgimento desse sentimento, ao invés de impô-lo.

3.1. Espaço Público na Cidade

*“Ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona.”*²⁶

Desde a ágora na cidade grega ao fórum romano, ou ainda à praça da cidade renascentista, é perceptível pela história da Arquitectura que a vida social se propaga em torno de centros que acolhem as trocas de bens. Isto é, toda a actividade que o indivíduo tem perante ou com a comunidade se dá fora da sua célula privada – a casa – ou, de uma acepção biológica, o indivíduo social só o é a partir do momento em que se encontra no exterior da sua alcova.

25 GRAAF, Reinier de. *Strelka Talks. “Architecture and Community”* (consult. 22/09/14), < <http://vimeo.com/64876602> >

26 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 29

O espaço público, numa acepção limite, será a cidade que conhecemos. Isto é, a componente do espaço urbano à qual podemos aceder na sua plenitude, se exceptuarmos a nossa casa. Tudo o que fica para lá dele tem um proprietário. Poderemos reduzi-lo ao espaço sobranceiro de entre o edificado ou, em alternativa, encaremo-lo enquanto um sistema vivo que tem um papel preponderante sobre a qualidade do edificado ao qual é tangente.

Por definição estrita, atentemos nele enquanto “todas as áreas que são abertas e acessíveis a todos os membros do público numa sociedade”, como definido por Orum e Neal²⁷. Como tal, o espaço público é o cenário da vida social de uma comunidade e a plataforma mais primitiva onde se gera a comunicação, isto é, é o difusor primordial de ideias e a materialização das interacções entre indivíduos de uma sociedade, desde as actividades necessárias (ou quotidianas) às actividades sociais.

Desta forma se explica todo o interesse em que este satisfaça as necessidades dos cidadãos que dele usufruem – ou, por outra, ele é desenvolvido pelas comunidades em concordância com o que dele precisam. E isto significa que vai ter uma imagem e significado que simbolizam a comunidade em que existe, significado esse que é adquirido através das actividades que nele se desenrolam, como descrito por Carr²⁸.

Encaremos o espaço público enquanto “palco onde se desenrola o teatro onde se desdobra a vida comum”²⁹. A vontade colectiva só existe quando nele se materializa – no limite, observemos como os acontecimentos que trazem mudanças significativas na vida comum (revoluções, paradas, manifestações) alteram bruscamente a sua ordem.

No caso específico de projecto, tratamos dessa componente urbana enquanto catalisador da vida social e comunitária. Debrucemo-nos então sobre o que nele se desenvolve e o que comporta.



Fig. 11; Escultura de personagem de série animada sobre linha de comboio na área de Akihabara, Tóquio: o espaço virtual luta por materializar-se.

27 ORUM, Anthony M., & NEAL, Zachary P. *“Common ground?: readings and reflections on public space”*, New York: Routledge, 2010, p.1 (tradução livre, original: “all areas that are open and accessible to all members of the public in a society”)

28 CARR, Stephen et al. *Public space (Environment and behavior series)*, Cambridge: University Press, 1992, p. 22

29 *Ibidem*, p. 3 (tradução livre, original: “Public space is the stage upon which the drama of communal life unfolds.”)

3.2. Direito ao Espaço Público

Ao falarmos do direito ao espaço público, falamos objectivamente do direito à cidade. Assim, temos uma série de princípios que terão de ser necessariamente assegurados de modo a garantir uma ordem pública e apropriação devida pelos habitantes, defende Carr³⁰. O primeiro será o acesso – ou o espaço público enquanto comunicação por excelência entre dois sítios. Se é da natureza humana estabelecer uma propriedade dentro de determinados limites - gerando o dentro e o fora -, o espaço público será o fora. O segundo dirá respeito à liberdade de acção – o livre arbítrio tem o maior reflexo na esfera pública, portanto no espaço urbano. Esta liberdade não se esgota na psique, mas diz respeito à escolha de caminhos, à escolha de participar ou não em determinadas actividades que preenchem o espaço (passividade ou actividade perante ele) e à escolha de estar dentro ou fora dele.

A reivindicação do espaço público é outro direito – apesar da sua relatividade. Como dizíamos no início, uma das condições da comunidade é de que se utiliza de recursos que não correspondem à propriedade pessoal de ninguém. Como tal, partirá sempre da vontade do colectivo – por exemplo, um grupo de pessoas que ocupa o espaço poderá tirar liberdade de acção às próximas³¹, como menciona Carr. Em regime de comunidade, isto só poderá funcionar num regime de cedências, através de um aparelho de regras não verbalizadas. Quando esse aparelho não serve de resolução ao conflito, terá de surgir uma autoridade – de aplicação da lei – sobre a rua, no sentido de igualar os direitos dos seus indivíduos. O surgimento desta autoridade é absolutamente nocivo para a ordem natural estabelecida de uma comunidade, pois apontará para lacunas na auto-suficiência de gestão da mesma.

De uma forma geral, pensemos pelo oposto: a demonstração de poder (político ou social) só existe perante o colectivo quando é exercida no espaço público (real ou virtual), isto é, a partir do momento em que o comportamento dos indivíduos nele é avaliado por autoridades que lhe são superiores. Para o compreender, atentemos na atitude da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) perante demonstrações dos habitantes no espaço público em regime político presidido por António Oliveira Salazar – nas sanções visíveis mas, mais importante para o caso, o encarceramento para outro tipo de punição num espaço que não o público e visível.

Na sua acepção enquanto espaço cénico, há que reconhecer no espaço público um jogo de máscaras. Por outras palavras, se Jane Jacobs reconhece a necessidade de que a rua seja vigiada por um conjunto de olhos que, de alguma forma, sobre ela detêm alguma autoridade não verbalizada³², reconheçamos também que o espaço público seja um conjunto de estruturas institucionais e ideológicas que não são apresentadas pelo que são, como aponta Henri Lefebvre³³. Isto interfere de forma camuflada no direito do cidadão ao espaço urbano, no sentido em que este lhe pertence menos a ele do que aos proprietários que o cercam. Como isto não é evidentemente apresentado, a máscara cai quando as actividades sociais interferem com a ordem estabelecida (pela comunidade) da rua.

30 *Ibidem*, p. 137

31 *Ibidem*, p. 158

32 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 35

33 LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*, Oxford: Blackwell, 1991, p. 85

Existe, em suma, um conjunto de variáveis que pedimos ao espaço público que não são todas compatíveis simultaneamente umas com as outras: a recreação, a igualdade, a democracia, a beleza, o simbolismo, os benefícios naturais, como sintetizadas por Kayden³⁴. A resposta que se propõe ao problema remete para um regime de cedências e responsabilidades. Herman Hertzberger refere-se ao problema com solução na própria arquitectura – que poderá ser esta a sugerir aos utilizadores um conjunto de responsabilidades perante o espaço público³⁵. Perante isto, o autor defende que “a tradução dos conceitos ‘público’ e ‘privado’ em termos de responsabilidades diferenciadas faz com que seja mais fácil ao arquitecto decidir em que áreas devem ser feitas provisões para que os utilizadores/habitantes façam a sua contribuição para a disposição do ambiente urbano”³⁶.

3.3. Contacto e Segurança

Enquanto cenário onde decorre a vida social, Jan Gehl classifica o espaço público em conformidade com as actividades que ele pode suportar³⁷: as actividades necessárias (realizadas independentemente da qualidade do espaço, como ir para a escola/emprego, distribuir o correio, esperar pelo autocarro), as actividades opcionais (que acontecem somente em condições físicas e espaciais favoráveis a tal, como uma caminhada para apanhar ar ou simplesmente para permanecer observando as actividades em redor) e as actividades sociais (que se verificam quando as áreas exteriores são de grande qualidade e acolhem sem dificuldade as duas primeiras; nestas incluem-se conversas, actividades colectivas, crianças a

	Quality of the physical environment	
	Poor	Good
Necessary activities	●	●
Optional activities	●	●●●●●●●●
"Resultant" activities (Social activities)	●	●

Fig. 12; Esquema da aceção de Gehl de relação entre qualidade do ambiente físico (cima; mau, bom) e actividades (lado; actividades necessárias, actividades opcionais e actividades sociais).

34 KAYDEN, Jerold S. *“Putting Public Space In Its Place – Panel 3, Opening Remarks: Composing Public Space”*, Harvard University (consult. 08/03/2014), <<https://www.youtube.com/watch?v=o-PwaFLc5P8>>

35 HERTZBERGER, Herman. *Lessons for students in architecture*, Roterdão: 010 Publishers, 2005, p. 25

36 *Ibidem*, p. 28 (tradução livre, original: “The translation of the concepts ‘public’ and ‘private’ in terms of differentiated responsibilities thus makes it easier for the architect to decide in which areas provisions should be made for users/inhabitants to make their own contributions to the design of the environment and where this is less relevant.”)

37 GEHL, Jan. *Life between buildings: Using Public Space*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1971, p. 11

brincar). Naturalmente, o espaço de maior qualidade comportará os três tipos.

A presença destas actividades reflecte desde logo uma das necessidades da rua, que tem que ver com o contacto social. Ora, se a vida social de uma comunidade se baseia num não comprometimento pessoal, isto é, se é desencadeada por encontros triviais que, ao longo do tempo se condensam num sentimento de pertença e “numa rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança”³⁸, importa impulsionar estes encontros através do desenho urbano, como analisaremos mais à frente.

Mas as actividades da rua estão dependentes da segurança da mesma, como escreve Jane Jacobs. “O principal atributo de um fragmento urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos”³⁹, diz-nos a autora. A violência e o sentimento de medo, que são passíveis de acontecer numa cidade, têm que ver somente com as ruas – desta forma, se as ruas estiverem desprovidas de tal, a cidade estará relativamente livre da violência e do medo. A autora propõe que essa ordem é “mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados”⁴⁰, bem como o fluxo constante de pessoas e a presença dos proprietários naturais da rua, isto é, olhos que a vigiam. Estes proprietários poderão ser literalmente proprietários do construído adjacente à rua – e que têm todo o interesse em que a ordem seja mantida junto da sua propriedade – mas também outros indivíduos que partilhem desse interesse, como funcionários de serviços. Os dois são igualmente importantes, na medida em que compatibilizam uma vigilância sobre a rua que cobre toda a extensão do dia. Também uma clara delimitação entre o privado e o público mune a rua de preparação para receber estranhos.

Estas duas condições – o contacto e a segurança – esclarecem-nos numa primeira aproximação, mas é necessário entender como se relacionam com o que as pessoas procuram na rua. Na maior parte dos casos, as razões são muito específicas – movimentar-se de ponto A para ponto B, tomar café –, mas contam-se igualmente razões menos evidentes, e de longo prazo. Aqui contamos o contacto com outras pessoas, que pode dar-se passiva ou activamente; passivamente quando o objectivo é observar os vários contactos que têm lugar na rua, e activamente quando o indivíduo faz parte desses acontecimentos – para encontrar amigos por exemplo, como observa Stephen Carr⁴¹.

De uma perspectiva menos evidente, encontramos uma necessidade do ser humano cujo espaço público urbano deverá contemplar – a descoberta. As pessoas procuram-na no exterior por contraposição com a célula doméstica, e pode ter várias naturezas: desde acontecimentos físicos que podem ser trazidos pela construção ou pela natureza, a acontecimentos sociais que contemplam a coexistência do indivíduo com pessoas muito diferentes de si próprio, como nos diz Carr⁴². Este jogo de opostos pode ser atingido de formas que podem ser manipuladas pela própria comunidade – pela alteração da disposição dos elementos urbanos para acolher eventos diversos, como feiras ou concertos, por exemplo – e funciona por contraste com o território conhecido e ordem das coisas.

38 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 60

39 *Ibidem*, p. 30

40 *Ibidem*, p. 31

41 CARR, Stephen et al. *Public space (Environment and behavior series)*, Cambridge: University Press, 1992, p. 87

42 *Ibidem*, p. 134

3.4. Organização do Construído

Falemos então em termos práticos. O estado do conhecimento adiantado por autores como Jan Gehl ou William H. Whyte permite-nos actualmente utilizar certas considerações directamente no acto de projectar. São proposições específicas, que nascem da observação das pessoas no espaço público que lhes é disponível.

Atentemos nas directivas de Gehl para a sequência de prioridades no projectar: Vida – Espaços – Edifícios⁴³. O autor defende que um bom planeamento requer um trabalho de coordenação entre a escala da cidade, a escala de planeamento e a escala humana – isto é, que a cidade, na sua linha do horizonte, localização dos edifícios e proporções do espaço urbano, seja o resultado de uma base de tratamento cuidado de sequências espaciais, detalhes e aparelhos ao nível do olho humano.

Isto refere-se a um sistema de relações de escala que seja adequado aos espaços públicos da cidade. Gehl avança com um conjunto de princípios nessa direcção. Em primeiro lugar, que a localização dos equipamentos seja feita de modo a garantir distâncias curtas entre eles e uma massa de pessoas e eventos em seu redor. Em segundo, integrar funções diferentes na cidade de modo a assegurar a diversidade, sustentabilidade social e sentimento de segurança: uma repetida crítica ao planeamento urbano analítico por zoneamento.

Depois, importa planear o espaço de modo a que seja convidativo e seguro para o trânsito pedestre e cicloviário. A vida social da comunidade é peatonal, pelo que um fluxo descontrolado de trânsito automóvel ser-lhe-á nocivo. Importa contudo abarcar um meio termo da questão e reconhecer a necessidade de transporte e ligação rodoviária da cidade, apontando (mas não impingindo) para uma utilização mais racional do veículo próprio. Abrir os limites entre a cidade e os edifícios para que a vida dentro dos edifícios e nos espaços públicos possa funcionar em conjunto é a quarta directiva de Gehl, que condiciona uma última: fomentar convites para maiores permanências no espaço público.

Um princípio fundamental observado por Whyte

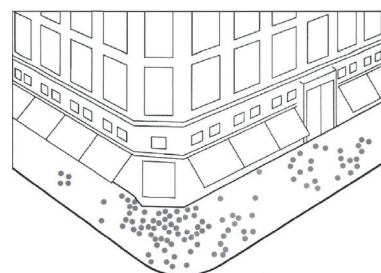


Fig. 13; Localização de conversas na rua com duração igual ou superior a dois minutos (esquina Saks Fifth Avenue com Fifth Avenue, Nova Iorque).

43 GEHL, Jan. *Cities for People*, Washington, DC: Island Press, 2010, p. 198

é o de que as pessoas querem estar perto de outras pessoas⁴⁴, contrariamente à noção generalizada de que estas querem o máximo de espaço para elas próprias. Assim, o autor aponta as questões de que a escala do espaço tem de ser adequada à quantidade de pessoas que dele usufruem – caso contrário, este não será utilizado com a maior potencialidade. O autor defende ainda que os espaços, quando bem usados, são mais seguros ao nível de percepção e da realidade. Para tal, propõe que escutemos o que as pessoas procuram no espaço público, e surgem duas proposições: as pessoas querem sítios onde se possam sentar; e querem coisas que possam observar.

O autor redige ainda duas premissas fulcrais. A primeira é a de que a exclusão das actividades da rua leva a consequências indesejadas, ou seja, se a rua não recebe as actividades para as quais está preparada e estas são transferidas para outros domínios, o sistema urbano é profundamente afectado. Isto é perceptível ao encararmos a rua enquanto um organismo vivo, cuja saúde depende das actividades às quais serve de cenário.

A segunda premissa é que os sítios são usados de forma diferente em horas diferentes do dia – como tal, é necessário considerar o fluxo de pessoas que povoa a rua devido a uma esplanada em concordância com o horário de expediente desse estabelecimento; fora dele, é igualmente importante perceber como se pode dar a gestão contínua do espaço público.

Levantamentos levados a cabo pelo autor revelam ainda que o local mais utilizado da rua para conversas informais é precisamente a esquina⁴⁵. Teremos em conta este facto na estruturação da proposta de projecto.

3.4.1. Caso de Estudo: Conjunto de Habitação Halen, Berna

Atentemos no caso de estudo do complexo habitacional Halen, pelo Atelier 5, nos arredores de Berna: uma reapropriação do protótipo amplamente estudado por Le Corbusier e consolidada em 1953 com a finalização da Unidade de Habitação de Marselha. Uma “‘Unité achatada’, empacotada para comportar os padrões do terreno”, segundo o historiador William Curtis⁴⁶, a intervenção foi particularmente marcante nas escalas sociais que consegue arrancar à encosta onde é implantada, desde a praça principal de conglomeração da comunidade às ruas mais secundárias de distribuição para as habitações. O partido que tira das discrepâncias entre níveis sistematiza um espectro de transições e relações que se repetem desde a escala global do conjunto até ao interior de cada habitação. Importa atentar no facto de que as células habitacionais, que aparentam ser absolutamente individualizadas, dependem do conjunto em todos os sentidos: não só os sistemas técnicos são automatizados para servir toda a aglomeração, mas serviços comuns como a lavandaria ou a cafetaria incumbem o projecto de uma dependência fulcral do espaço social.

Os serviços comuns são incorporados na praça central, que conglomera também as tipologias de excepção (ateliers). Esta é uma lógica centrípeta, que dissipa o fluxo pelos vários caminhos que ali desaguam. O contexto é puramente suburbano, pelo que se entende esta lógica de distribuição. De notar que as tipologias correntes, ainda que abundantes em

44 WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces*, Nova Iorque: Project for Public Spaces, 2001, p.19

45 WHYTE, William H. *City: Rediscovering the center*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009, p. 9

46 CURTIS, William J. R.. *Modern architecture since 1900*, London: Phaidon, 1983, p. 291

área (cerca de 200 m²) e em triplex, não comportam propositadamente condições para tratamento de roupa; em alternativa, as lavandarias são comuns e obrigam a uma deslocação ao núcleo da proposta, onde se concentra a vida social. Existe pois uma dicotomia entre as células de habitação – que apontam para a tipologia da moradia em banda – e a interdependência subtil criada entre estas e a vizinhança, afigurando-se como um protótipo exímio de como a arquitectura fomenta a geração de uma estrutura de vizinhança sólida.

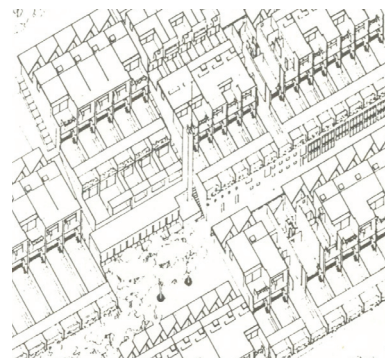


Fig. 14; Axonometria parcial do complexo habitacional Halen.

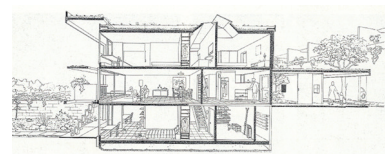


Fig. 15; Corte pela célula doméstica em triplex.

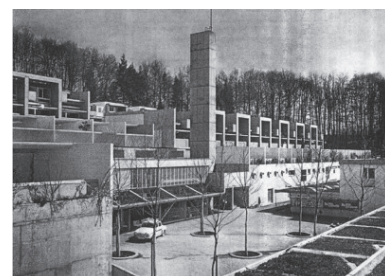


Fig. 16; Vista da praça central.

4. Forma e Morfologia do Edificado

Morfológicamente, o declive dita os volumes propostos, dispostos em plataformas que diferem um nível das adjacentes. De modo geral, podemos dizer que se trata de uma intervenção em níveis, que assegura uma ligação entre a Rua do Açúcar e a Rua de Marvila – absolutamente fulcral enquanto estratégia de reconexão do território -, uma vez que a segunda, como previamente mencionado, se encontra afunilada entre duas linhas do comboio. Assim, o percurso dá-se num sistema de praças que culmina primeiramente no alargamento frente ao equipamento de Refeitório social. Adjacente a este edifício propõe-se uma escadaria que eleva o percurso até à cota do terreiro incorporado na Rua de Marvila e que é servidor do edifício da Sociedade Musical, que a ele se apresenta com um portal que filtra as actividades para o pátio interior.

A estrutura de ocupação parte de um princípio de bandas lineares, que sofrem uma translação e permitem o atravessamento transversal; à escala da agregação, criam momentos de rótula na rua, isto é, um sistema de nódulos que atribuem às ruas uma dinâmica que pretende não só criar condições para que as actividades sociais tenham espaço para acontecer, como fomentá-las. Temos que estas actividades mais fugazes de interacção tendem a ocorrer nas esquinas, tal como estudado por William H. Whyte⁴⁷, pelo que a evidenciação física desta tipologia, aproximando-a a uma praça, proporciona o sentido de oportunidade.

Formalmente, a massa proposta de construção nova é concebida através da repetição e agregação de um módulo tridimensional que é disposto em três níveis: o nível térreo, orientado a nascente e correspondendo a uma ocupação de serviços comuns, comércio e estacionamento, sendo enterrado a poente; um segundo nível térreo, alinhado com a rua a poente, que corresponde a um primeiro nível de ocupação habitacional e que culmina a nascente com um logradouro; e um segundo nível de habitação, cujo acesso se efectua a partir da rua a nascente através de galeria exterior.

No entanto, também a estrutura linear da Rua se aproxima desse sentido de potenciação social: esta dispõe-se em vários níveis – o nível térreo, delimitado a nascente pela entrada para as habitações e a poente por células destinadas ao comércio, serviços e estacionamento; o nível superior, delimitado a nascente pela galeria exterior de acesso às habitações e a poente pelo culminar dos logradouros associados às células habitacionais. Estes dois níveis proporcionam o surgimento dos “olhos da rua”, que sobre ela exercem controlo e são indispensáveis ao bom funcionamento da estrutura, tal como refere Jane Jacobs⁴⁸. A mesma autora refere-se ao contínuo fluxo de pessoas como sintoma de saúde da rua, com um índice correspondente de possibilidade de permanência. Como tal, a galeria de acesso às habitações térreas é levemente levantada do nível térreo correspondente, desenhando uma soleira (na cultura portuguesa associado ao poial), que informalmente sugere uma hipótese de permanência para actividades mais ou menos demoradas.

Naturalmente, as ruas propostas possuem duas tipologias de excepção. A primeira é a rua a nascente, que é paralela à Rua do Açúcar e se apresenta enquanto rua de apoio a esta, efectuando a transição entre um maior movimento de fluxos e o interior do quarteirão. A

47 WHYTE, William H. *City: Rediscovering the center*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009, p. 9

48 JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 35

sua disposição permite um atravessamento longitudinal quase total deste, culminando na entrada do Convento de Marvila, e cujas funções destinadas a serviços e comércios se estendem enquanto células de apoio ao estabelecimento local de maior expressão de pendor cultural de circuito *off* – a Fábrica de Braço de Prata, como descrita por Nunes e Sequeira⁴⁹.

A segunda trata-se da rua a poente, que se abre num alargamento que alberga a escala utilitária do edifício proposto enquanto Refeitório Social, e que volta a afunilar-se entre as células-oficina (derivações funcionais dos módulos *standard* e localizadas no topo das hortas) e as traseiras dos prédios de rendimento pré-existent. Ambas as ruas descritas delimitam, com construção, os jardins previamente inseridos na área de influência do convento, e exercem o controlo necessário ao espaço verde enquanto agentes proprietários deste. Esta rua tem como charneira o edifício do Refeitório, que faz a transição do nível térreo para a passagem área que desagua na Rua de Marvila. Este sistema de escadaria assegura o acesso ao nível superior do edifício (área de cafetaria), sendo apoiado pelos sistemas de elevação mecânica (elevadores) no interior do edifício e que viabilizam a utilização desta passagem para cidadãos com mobilidade reduzida.

O jardim situado imediatamente a sul do Convento é expropriado e, juntamente com a zona de produção hortícola, esta área verde de recreação proposta constitui um pulmão verde do quarteirão. Estas áreas são, elas próprias, uma afirmação de reactivação social: se no caso das hortas existem talhões destinados à comunidade local, a área de jardim apresenta-se enquanto potenciadora de agregação social e de contacto com o uso de lar de idosos que ocupa actualmente o convento. As paredes deste passam a atrair vida, que pode ser participada pelos utentes do lar, numa lógica de inclusão social.

Por outro lado, o jardim a Norte do Convento de Marvila sofre também um redesenho, numa procura de o retornar ao seu desenho original. Assim, propõe-se a



Fig. 17; Ortofotomapa actual - área de intervenção a cor.

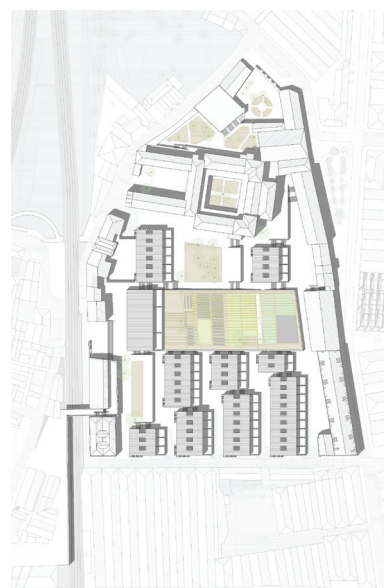


Fig. 18; Planta geral de intervenção.

49 NUNES, João Pedro Silva & SEQUEIRA, Ágata Dourado. “O Fado de Marvila. Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa”, Forum Sociológico (consult. 11/12/2014), < <http://sociologico.revues.org/382>>

demolição dos abarracados que actualmente o povoam, de forma a libertá-lo enquanto um momento urbano de maior tranquilidade (justaposta com a praça proposta a sul do edifício), cujo acesso é controlado pelo próprio Convento. Isto faz-se através da proposta de um muro que o encerra a Norte – mas este é um muro permeável, que pode ser encerrado a determinada hora do dia, controlando assim o tráfego nocturno de pessoas que levam à degradação do espaço.

O acesso ao jardim leva-nos exactamente ao coração da proposta de espaço público: o Largo David Leandro da Silva. O que se procura para este largo trata-se de uma permeabilidade de fluxo peatonal que o domine por completo, pelo que se propõe a substituição da estrada de asfalto por vias de circulação automóvel construída em blocos de pedra basáltica. Com isto procura-se diluir o fluxo e velocidade do trânsito automóvel, dando primazia ao utilizador pedonal. Chamamos ao Largo o coração da proposta porque ele se trata do ponto de convergência das vias mais importantes da malha estudada (excluindo a avenida Infante D. Henrique, que é tratada de forma diferente como vimos anteriormente). Assim, e associada à permeabilidade que se pretende para dentro do quarteirão onde se intervém, procura-se dinamizar esta área e dar espaço aos edifícios para que contaminem a rua – seja o Clube Oriental, os armazéns de Domingos Barreiro (propostos enquanto Mercado) e a sede dos armazéns Abel Pereira da Fonseca (propostos enquanto espaço híbrido de oficinas criativas e habitação informal/experimental a nível urbano), bem como o seu segmento a sul – onde se propõe uma fugacidade da velha estrutura metálica de asnas dos armazéns como definição de momento de entrada para a estrutura.

4.0.1. Caso de Estudo: Vilas Operárias, Lisboa

Conseguimos encontrar, em Lisboa, uma tipologia sobre a qual poderemos traçar paralelos formais em relação à proposta de projecto que se apresenta. Falamos não só no sistema de acesso aos fogos, mas também na sua disposição na malha urbana: dentro do quarteirão. As vilas operárias que encontramos construídas atrás de prédios possuem uma génese que se relaciona com o seu carácter de baixo rendimento: com proximidade às indústrias cujos trabalhadores seriam alojados, estas vilas eram geralmente construídas atrás de prédios que pertenciam à burguesia; situação que traduz a hierarquia social através do próprio lote, refere Pereira⁵⁰.

O autor refere ainda que a distribuição em pátio é recorrente, como observamos no caso específico da Vila Rodrigues, localizada nos Sapadores. Esta distribuição tem que ver com a “concentração do espaço livre, inútil ou pouco lucrativo do ponto de vista do rendimento, de forma a construir o maior número possível de fogos”⁵¹. Este espaço central possui um carácter social muito forte, que importa perceber: funciona, mais do que espaço sobrança entre os fogos, como núcleo social destes. O espaço público encerrado apresenta um sentido de comunidade perfeitamente controlado, e dá aso aos mais diversos tipos de apropriação – seja por decoração (como vasos de flores) ou por função (atentemos na roupa estendida ou nos bancos junto das entradas dos fogos).

50 PEREIRA, Nuno Teotónio. *“Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”*, *Análise Social* (vol. XXIX), Lisboa, 1994, p. 516

51 *Ibidem*, p. 514

O facto de as galerias de distribuição proporcionarem uma perspectiva alta sobre o espaço contribui para que os habitantes sintam domínio sobre o mesmo, o que gera um sentimento de propriedade mas, mais importante do que isso, de pertença. Estas características funcionam enquanto activadores sociais, fomentando interacções esporádicas entre os habitantes e sendo uma peça fulcral na construção de uma estrutura de vizinhança.

A galeria de distribuição é construída num material dissonante que se anexa à fachada das habitações, que se serve dos conceitos-base da Arquitectura que são a dicotomia entre o exterior e o interior. Esta concepção relativamente elementar do espaço social em contraponto com o espaço privado serviu como um dos propósitos primários do projecto que se apresenta, atribuindo à rua um carácter que transcende o seu propósito primário de ligação física entre dois pontos. O construído proposto torna-se ainda servidor e servido pela rua, atribuindo-lhe vários níveis de apropriação e servindo-se dela enquanto área de distribuição primordial. A disposição de serviços comuns (como a lavandaria ou o estacionamento) ou equipamentos de comércio dá-se no plano de nível da rua, de modo a que as plataformas deduzidas da modelação do terreno comportem em si uma diversidade geradora de vida exterior da comunidade.

Em contexto do projecto, existe uma vila operária de correnteza (Vila Pereira), orientada à Rua do Açúcar e no embasamento da proposta. O seu esquema de distribuição interna dá-se por corredor; contudo, morfologicamente dita o princípio da proposta de ocupação: piso térreo semi-enterrado destinado à produção (actualmente, serviços) e pisos superiores destinados a uso habitacional – com a cota de soleira de nível a tardoz.



Fig. 19; Ortofotomapa da Vila Rodrigues, Sapadores, Lisboa.



Fig. 20; Vista debaixo da galeria, Vila Rodrigues.

4.1. Da Rua à Casa

“Um ‘ninho seguro’ – ambiente familiar onde sabemos que as nossas coisas estão seguras e onde nos podemos concentrar sem sermos distraídos por outros – é algo que cada indivíduo precisa tanto como cada grupo. Sem isto não pode existir colaboração com os outros. Se não temos um sítio ao qual possamos chamar nosso, não sabemos onde nos colocamos!”⁵²

Ao definirmos espaço público reparamos que invariavelmente usamos a negação – tudo o que não é privado, tudo o que não é pessoal, tudo o que não é individual. Esta questão surge-nos porque a arquitectura se faz a partir destas dicotomias – o público e o privado, o interior e o exterior, o positivo e o negativo. Enquanto forças opostas, coexistem pacificamente nos seus domínios, mas a questão reside precisamente nos seus pontos de contacto.

Entendamos então os conceitos de público e privado enquanto uma sucessão de qualidades espaciais, relacionadas com a acessibilidade, a responsabilidade, a relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades espaciais específicas, como enumeradas por Hertzberger⁵³. Isto remete-nos para o espaço de transição – ou *in-between* – enquanto espaço onde se dão as pequenas subtilezas do contacto entre estas duas esferas. A sua natureza é bastante ambígua e, enquanto zona de contacto, admite utilizadores de cada um dos extremos.

Utilizamo-nos desta concepção proposta por Hertzberger para entender a solução de projecto proposta. Dado que os acessos às células de habitação se anexam ao plano dos conjuntos de fachada, diferem deles materialmente – contrapõe-se a estrutura leve e metálica destes com a expressão maciça de tijolo e betão da face da habitação. Assim se dá a materialização desta transição, por um lado enquanto extensão da casa e por outro enquanto limite do domínio público da rua.

No nível térreo, o acesso à habitação dá-se com um ligeiro desnível relativamente ao nível da rua, compondo uma soleira contínua ao conjunto. A soleira funciona enquanto lugar por direito próprio e enquanto compatibilização entre duas esferas antagónicas – o privado e o público. Atentemos na descrição de Hertzberger sobre esse facto: “A criança sentada no degrau em frente à sua casa está suficientemente longe da mãe para se sentir independente, para sentir a excitação e a aventura do grande desconhecido. Mas, ao mesmo tempo, sentada ali no degrau, que é parte da rua assim como da casa, ela sente-se segura, [...] sente-se em casa e, ao mesmo tempo, no mundo exterior”.⁵⁴

Para tal contribui o posicionamento da cozinha junto à galeria de distribuição, efectuando uma permeabilização da rua para um momento exterior da casa, que é o pátio. Ao seu lado situa-se a casa de banho; o motor do habitar ocupa portanto a fachada orientada à galeria, e deixa a restante área da casa passível de apropriações muito distintas.

52 HERTZBERGER, Herman. *Lessons for students in architecture*, Roterdão: 010 Publishers, 2005, p. 28 (tradução livre, original: “A ‘safe nest’ – familiar surroundings where you know that your things are safe and where you can concentrate without being disturbed by others – is something that each individual needs as much as each group. Without this there can be no collaboration with other. If you don’t have a place that you can call your own you don’t know where you stand!”)

53 *Ibidem*, p. 13

54 *Ibidem*, p. 32 (tradução livre, original: “The child sitting on the step in front of his house is sufficiently far away from his mother to feel independent, to sense the excitement and adventure of the great unknown. Yet at the same time, sitting here on the step which is part of the street as well as of the home, he feels secure [...] The child feels at home and at the same time in the outside world.”)

Os fogos são organizados por dois logradouros – um nas traseiras e uma abertura que funciona como um saguão com potencialidade de ser habitado. Este último garante a iluminação e ventilação de uma tipologia que se apresenta profunda, e é um elemento importante na compartimentação do espaço. Compartimentação essa que se preza pela mínima possível, numa perspectiva de adaptabilidade máxima do interior do fogo aos seus residentes. Assim, a mesma área é apropriável enquanto casa no sentido mais tradicional do termo, devidamente repartida em divisões, mas também enquanto open-space. Esta versatilidade é um objectivo em paralelo com a reactivação urbana de Marvila, que envolve não só a fixação de novos residentes, mas também a acomodação da população existente.

De uma perspectiva prática, atentemos nas várias escalas e espectros de relação entre as células: o nível mais público e central da rua como fluxo de movimento, delimitado pelo construído e potenciado pelos nódulos que se tratam simultaneamente de uma interrupção e de uma significação da sua natureza - considerando ainda a frente de comércio e serviços comunitários a poente; o nível mais privado do fogo que é antecedido pela galeria de distribuição que, sendo exterior e de desenho leve, se assume como uma continuação natural da Rua, mas dela se demarca levemente por suaves diferenças de cota. É nos interstícios entre os dois opostos deste espectro (esfera pública/esfera privada) que se dá espaço e oportunidade a uma série de interacções esporádicas que, desviando-se à premeditação e isolamento (que não raras vezes cria um sentimento de desconforto perante uma estrutura pouco sólida de vizinhança), confere uma espontaneidade vital que tem consequências benéficas aos níveis da segurança, conforto e liberdade individual.

Dentro da lógica modular, surgem duas variações: uma tipologia de um quarto que, ao duplicar-se num segundo módulo para cima se converte numa tipologia familiar de três quartos. A própria tipologia elementar poderá ser equivalente a um T1 ou a um estúdio, com alcova informal. Esta disposição é apropriada na distribuição dos células-oficina que se situam no topo da zona de hortas – atente-se no motor da casa que dá lugar aos serviços comuns destes (que podem funcionar separadamente em dois pisos).

Esta proposta procura compatibilizar estas



Fig. 21; Esquema geral de volumetria da intervenção.

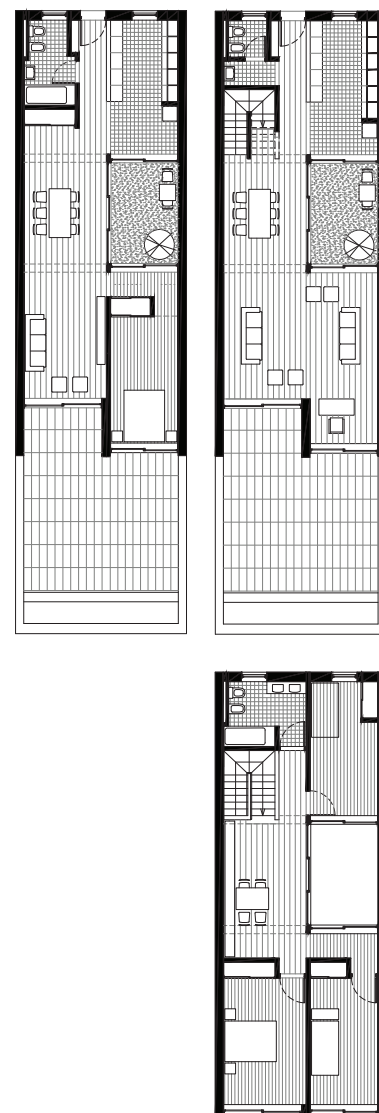


Fig. 22, 23, 24; Tipologias propostas: um quarto (cima, esq.) e três quartos - nível térreo (cima, dir.) e nível elevado (baixo).

medidas, dando contudo primazia aos princípios de igualdade e simbolismo – igualdade na repetição de um módulo comum que não se refere a estatutos sociais mas que comporta a diferença (a adaptabilidade do fogo e as possibilidades de ocupação dos logradouros refletem isso), e simbolismo nas reinterpretações formais da estrutura de Rua e de Quarteirão, numa busca de recuperar as suas funções vitais que a cidade moderna tem vindo a colocar em segundo plano, em detrimento de requisitos funcionais.

5. Considerações Finais

As palavras apresentadas representaram uma procura de perceber como é que uma compreensão alargada da cidade enquanto “ecossistema” de comunidades de habitantes pode ser sintetizada num problema específico de projecto. O entendimento da cidade de e para os seus utilizadores incorpora uma vertente forte de materialização do espaço público enquanto palco da vida social em contexto urbano – perceber isto permite uma manipulação mais clara das prioridades inerentes ao projecto.

Como o raciocínio incorpora o espaço público enquanto variável da equação de projectar – e não enquanto elemento sobranter – considera-se que o construído resultante sirva e seja servido por uma rede integrada de relações que são fundamentais à boa saúde de uma comunidade.

Isto permite um raciocínio sobre o pedaço de cidade estudado pelas suas valências próprias e não só pelas que partilha pela proximidade ao centro de Lisboa. Desta forma, a procura de fugir ao simulacro de novas prototipagens de modelos arquitectónicos mais ou menos consolidados permitiu uma clareza perante o território que se considera ser vital num contexto de reactivação urbana em compatibilidade com um núcleo denso e omnipresente da metrópole.

O facto de a solução ser integrada – no sentido de abranger um pensamento que assenta sobre várias escalas de aproximação ao território – conduziu a uma interpretação dos dados morfológicos, sensoriais e de fluxos que se apresentou objectivamente fulcral na aproximação de projecto percorrida da aglomeração urbana ao núcleo privado da casa. Por outras palavras, a dicotomia entre o geral e o particular foi surgindo quase enquanto objecto fractal – no sentido em que as partes se regem pela mesma natureza que o todo – e não enquanto atrito entre as duas partes. Daqui se depreende o acto de projectar enquanto uma sucessão de aproximações que, na sua multiplicidade, vão gerando uma imagem cada vez mais nítida deste jogo de opostos.

Observou-se um significativo atrito entre as bases teóricas apresentadas sobre o espaço público e a concretização das mesmas, o que, conclui-se, se deve à disparidade de entendimentos sobre o mesmo, que acabam por coincidir com ideais políticos e sociais. A falta de debate da cidade com as pessoas revela-se-nos enquanto atenuadora deste distanciamento – se o diálogo acerca das questões quotidianas da cidade se mantiver exclusivamente para os profissionais, o processo continuará sempre a ser de tentativa e erro; se as vozes dos utilizadores se fizerem ouvir, a compreensão dos problemas será cada vez mais clara e, consequentemente, mais nos aproximaremos de soluções pluralmente benéficas.

Encontramos pistas mais concretas nas observações directas: no perceber como as pessoas se comportam perante as variações do espaço público na cidade. Aqui o debate ideológico avança para dados muito concretos, conduzindo a um empirismo que, como observámos, chega ao cerne da problemática e se materializa fortemente em projecto.

Assim se exalta a urgência de um entendimento da cidade enquanto organismo vivo e “ecossistema” no acto de projectar, de modo a evitar que a atenção seja desviada por simulacros de arquitectura mais ruidosos e insólitos. Só assim, parece-nos, poderemos começar a projectar a cidade de amanhã.

Total palavras: 11 838

6. Bibliografia

Livros

- ALEXANDER, Christopher et al. *A pattern language*, Nova Iorque: Oxford University Press, 1977
- CARR, Stephen et al. *Public space (Environment and behavior series)*, Cambridge: University Press, 1992
- COSTA, J. Almeida & MELO, A. Sampaio e. *Dicionário da Língua Portuguesa* (5ª ed.), Porto: Porto Editora
- CURTIS, William J. R.. *Modern architecture since 1900*, London: Phaidon, 1983
- EYCK, Aldo van & LIGTELIJN, Vincent. *Aldo van Eyck, Works*, Basileia: Birkhäuser, 1999
- FRAMPTON, Kenneth. *Modern Architecture: A critical history*, Londres: Thames and Hudson, 1982
- GEHL, Jan. *Cities for People*, Washington, DC: Island Press, 2010
- GEHL, Jan. *Life between buildings: Using Public Space*, Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1971
- HERTZBERGER, Herman. *Lessons for students in architecture*, Roterdão: 010 Publishers, 2005
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes, 2000
- KRIER, Léon. *The Architecture of Community*, Washington, DC: Island Press, 2009, p. 107
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*, Oxford: Blackwell, 1991
- LYNCH, Kevin. *The image of the city*, Cambridge, MA: MIT Press, 1994
- RISSELADA, Max et al. *Team 10: In search of a utopia of the present*, Roterdão: NAI, 2005
- ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade* (2ª ed.), São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 3
- ROWE, Colin & KOETTER, Fred. *Collage City*, Cambridge, MA: MIT Press, 1978, p. 148-173
- WHYTE, William H. *City: Rediscovering the center*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2009
- WHYTE, William H. *The social life of small urban spaces*, Nova Iorque: Project for Public Spaces, 2001

Artigos

- NUNES, João Pedro Silva & SEQUEIRA, Ágata Dourado. “*O Fado de Marvila. Notas sobre a origem citadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de Lisboa*”, Forum Sociológico (consult. 11/12/2014), <<http://sociologico.revues.org/382>>
- ORUM, Anthony M., & NEAL, Zachary P. “*Common ground?: readings and reflections on public space*”, New York: Routledge, 2010
- PEREIRA, Nuno Teotónio. “*Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário*”, Análise Social (vol. XXIX), Lisboa, 1994

Sítios de internet

GRAAF, Reinier de. *Strelka Talks. "Architecture and Community"* (consult. 22/09/14), <<http://vimeo.com/64876602>>

KAYDEN, Jerold S. *"Putting Public Space In Its Place – Panel 3, Opening Remarks: Composing Public Space"*, Harvard University (consult. 08/03/2014), <<https://www.youtube.com/watch?v=o-PwaFLc5P8>>

O'NEIL, David. *"Healthy Hubs: How Markets Create a New Sense of Community"*, Project for Public Spaces (consult. 15/05/ 2014), <<http://www.pps.org/reference/healthy-hubs-how-markets-create-a-new-sense-of-community/>>

POS, Diego. *"GWL 10 jaar – geboorte van een Ecowijk"* (consult. 12/07/2014), <<http://vimeo.com/790410>>

7. Anexos

Componentes gráficas de projecto:

Excertos do processo de trabalho

Fotografias das maquetas finais

Elementos gráficos finais